

Instituto Português da Juventude

Despacho n.º 11 028/2006 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do n.º 3 do artigo 13.º e da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 9.º, ambos do Decreto-Lei n.º 70/96, de 4 de Junho, e da alínea *d*) do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, delegeo no delegado regional da Guarda, Dr. António Manuel Batista, a competência para requisitar pessoal docente para o ano lectivo de 2006-2007, nomeadamente para assinar a proposta de mobilidade aprovada pelo despacho n.º 8641/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 76, de 18 de Abril de 2006.

2 — O presente despacho produz efeitos na data da sua assinatura.

27 de Abril de 2006. — A Presidente da Comissão Executiva, (*Assinatura ilegível.*)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Despacho conjunto n.º 407/2006. — Considerando que, pelo despacho conjunto n.º 19 440/2002 (2.ª série), de 9 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 202, de 2 de Setembro de 2002, foi renovada a comissão de serviço do engenheiro Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob para exercer o cargo de director-geral de Transportes Terrestres e Fluviais;

Considerando que, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a comissão de serviço para a qual havia sido nomeado o engenheiro Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob cessou no dia 29 de Novembro de 2005;

Considerando que, entretanto, decorreu o prazo previsto no n.º 4, do artigo 24.º da referida Lei n.º 2/2004 para o exercício das respectivas funções em regime de gestão corrente, tornando-se necessário restabelecer o normal funcionamento da instituição e o desempenho das funções inerentes ao cargo de director-geral de Transportes Terrestres e Fluviais;

Considerando a competência e a dedicação demonstradas no desempenho do cargo pelo actual director-geral de Transportes Terrestres e Fluviais, conforme resulta do relatório dos resultados obtidos durante o exercício, oportunamente apresentado:

Determina-se o seguinte:

1 — Nos termos conjugados do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 296/94, de 17 de Novembro, e dos n.ºs 1 e 3 do artigo 2.º, do n.º 1 do artigo 18.º e do n.º 1 do artigo 19.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeado o engenheiro Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob para exercer o cargo de director-geral de Transportes Terrestres e Fluviais, em regime de comissão de serviço.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Março de 2006, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados.

27 de Abril de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.

Curriculum vitae

1 — Dados pessoais:

Nome — Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob;
Naturalidade — São Vicente, Abrantes;
Data de nascimento — 18 de Setembro de 1952.

2 — Habilitações académicas:

Licenciatura em Engenharia Mecânica, ramo de Termodinâmica Aplicada, do Instituto Superior Técnico (IST), em 1980;
Curso de pós-graduação em transportes ligados ao carril pelo Instituto de Técnicas de Transportes e Planeamento (ITEP) da Escola Politécnica Federal de Lausanne (EPFL), em 1981.

3 — Carreira profissional:

Director-geral de Transportes Terrestres (1996-2006);
Director do Departamento de Planeamento do Gabinete da Nova Travessia do Tejo (1991-1993);
Técnico superior no GEP da DGTT (1984-1990);
Chefe do sector de planeamento de transportes da CONSUL-PLANO (1983);
Chefe dos serviços técnicos do Automóvel Clube de Portugal (1982).

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Secretaria-Geral

Despacho n.º 11 029/2006 (2.ª série). — Por despacho do Ministro de Estado e da Administração Interna de 26 de Abril de 2006, foi concedida a medalha de ouro de serviços distintos ao coronel de infantaria n.º 1710233, Fernando Narciso dos Santos, da Guarda Nacional Republicana, nos termos do Decreto-Lei n.º 177/82, de 12 de Maio.

8 de Maio de 2006. — A Secretária-Geral, *Nelza Vargas Florêncio*.

Despacho n.º 11 030/2006 (2.ª série). — Por despacho do Ministro de Estado e da Administração Interna de 26 de Abril de 2006, foi concedida a medalha de ouro de serviços distintos ao coronel de infantaria n.º 1700705, José Manuel da Costa Pereira, da Guarda Nacional Republicana, nos termos do Decreto-Lei n.º 177/82, de 12 de Maio.

8 de Maio de 2006. — A Secretária-Geral, *Nelza Vargas Florêncio*.

Despacho n.º 11 031/2006 (2.ª série). — Por despacho do Ministro de Estado e da Administração Interna de 26 de Abril de 2006, foi concedida a medalha de ouro de serviços distintos ao coronel de cavalaria n.º 1710386, Carlos Alberto Malheiro Potier, da Guarda Nacional Republicana, nos termos do Decreto-Lei n.º 177/82, de 12 de Maio.

8 de Maio de 2006. — A Secretária-Geral, *Nelza Vargas Florêncio*.

Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana

Brigada Territorial n.º 3

Despacho n.º 11 032/2006 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, e do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, nos termos dos n.ºs 11 e 11.3 do despacho n.º 99/2005, do tenente-general comandante-geral de 20 de Dezembro de 2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, com o n.º 309/2006, de 6 de Janeiro de 2006, subdelego no comandante do Grupo Territorial de Beja, major de cavalaria José Carlos Alves Gorgulho dos Santos, as competências relativas aos seguintes actos de gestão orçamental e de realização de despesas:

1 — Autorizar as despesas que hajam de efectuar-se com empreitadas de obras públicas e aquisição de serviços e bens, até ao limite de € 5000, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

2 — Aprovar as minutas de contrato relativas à aquisição de serviços e bens até ao montante da sua competência delegada, representando o Estado na outorga desses contratos, e nomear, para o efeito, o oficial público.

3 — Autorizar deslocações em serviço que decorram em território nacional, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não, e os reembolsos que forem devidos nos termos legais do Decreto-Lei n.º 201/81, de 10 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 401/85, de 11 de Outubro.

4 — Autorizar a utilização de automóvel próprio nas deslocações em serviço, que decorram em território nacional, bem como o processamento do abono correspondente nos termos do artigo 5.º da Portaria n.º 379/90, de 18 de Maio, conjugado com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 230/93, de 26 de Junho.

5 — Autorizar o abono a dinheiro da alimentação por conta do Estado ao pessoal, militar e civil, que a ela tiver direito quando não for possível, por razões operacionais, o fornecimento de alimentação em espécie, ou as condições de saúde, devidamente comprovadas, aconselham tratamento dietético especial, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 271/77, de 2 de Julho.

6 — Analisar, instruir e decidir todos os requerimentos e reclamações que me sejam dirigidos relacionados com as competências ora delegadas.

7 — A delegação de competências a que se refere este despacho entende-se sem prejuízo de poderes de avocação e superintendência.

8 — O presente despacho produz efeitos desde 27 de Março de 2006.

9 — Nos termos do n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam ratificados todos os actos praticados até à sua publicação no *Diário da República*.

28 de Abril de 2006. — O Comandante, *António José Marques Pires Nunes*, major-general.

Despacho n.º 11 033/2006 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, e do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, nos termos dos n.os 11 e 11.3 do despacho n.º 99/2005, do tenente-general comandante-geral de 20 de Dezembro de 2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, com o n.º 309/2006, de 6 de Janeiro de 2006, subdelego no comandante do Grupo Territorial de Portimão, major de cavalaria Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes, as competências relativas aos seguintes actos de gestão orçamental e de realização de despesas:

1 — Autorizar as despesas que hajam de efectuar-se com empreitadas de obras públicas e aquisição de serviços e bens, até ao limite de € 5000, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

2 — Aprovar as minutas de contrato relativas à aquisição de serviços e bens até ao montante da sua competência delegada, representando o Estado na outorga desses contratos, e nomear, para o efeito, o oficial público.

3 — Autorizar deslocações em serviço que decorram em território nacional, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não, e os reembolsos que forem devidos nos termos legais do Decreto-Lei n.º 201/81, de 10 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 401/85, de 11 de Outubro.

4 — Autorizar a utilização de automóvel próprio nas deslocações em serviço, que decorram em território nacional, bem como o processamento do abono correspondente nos termos do artigo 5.º da Portaria n.º 379/90, de 18 de Maio, conjugado com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 230/93, de 26 de Junho.

5 — Autorizar o abono a dinheiro da alimentação por conta do Estado ao pessoal, militar e civil, que a ela tiver direito quando não for possível, por razões operacionais, o fornecimento de alimentação em espécie, ou as condições de saúde, devidamente comprovadas, aconselham tratamento dietético especial, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 271/77, de 2 de Julho.

6 — Analisar, instruir e decidir todos os requerimentos e reclamações que me sejam dirigidos relacionados com as competências ora delegadas.

7 — A delegação de competências a que se refere este despacho entende-se sem prejuízo de poderes de avocação e superintendência.

8 — O presente despacho produz efeitos desde 20 de Abril de 2006.

9 — Nos termos do n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam ratificados todos os actos praticados até à sua publicação no *Diário da República*.

28 de Abril de 2006. — O Comandante, *António José Marques Pires Nunes*, major-general.

Direcção-Geral de Viação

Despacho n.º 11 034/2006 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Abril de 2006:

Irene Maria Pereira Caldas, Maria Manuela Barreiro Jarêgo, Maria de Fátima Valente Encarnação Dionísio, Elisabete Batista Miguel, Graciete de Lurdes da Silva Gomes, Maria Manuela Ventura Barreiro Pinto, Luísa Germano Dias dos Santos Ferreira, Emília Adriana Pinto Seramota, Leonor Carvalho Guimarães Nicola, Pedro Manuel Rato, Deolinda Rosa Leão Nunes, Rosa Maria Dias Monteiro, Maria Helena Ferreira Cunha Correia e Maria da Glória Almeida Vieira — nomeados definitivamente, precedendo concurso, na categoria de assistente administrativo principal, da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Viação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Abril de 2006. — O Director-Geral, *Rogério Pinheiro*.

Despacho n.º 11 035/2006 (2.ª série). — *Cursos de formação e de actualização de instrutor de condução — documentos a apresentar para admissão.* — No âmbito do Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa, Simplex, e no sentido de dar cumprimento à medida n.º 159 constante do Tema III — Simplificação/Desburo-

cratização foi prevista a necessidade de simplificação de procedimentos e de correcção de práticas administrativas rígidas.

Assim sendo, determino:

1 — É eliminada a obrigatoriedade de apresentação de cópia do bilhete de identidade no requerimento de candidatura ao curso de formação para instrutor de condução, que passa a ser instruído com os seguintes documentos:

Requerimento modelo n.º 1405, disponível em www.dgv.pt;
Certidão de habilitações literárias do ensino secundário ou equivalente;
Atestado médico emitido pela autoridade de saúde da área de residência, que comprove que não é portador de doença contagiosa ou de deficiência física que exija veículo especialmente adaptado, ou que dificulte ou prejudique a ministração do ensino prático da condução;
Relatório de exame psicológico;
Certificado de registo criminal;
Cópia da carta de condução;
Duas fotografias tipo passe a cores;
Prova de pagamento da taxa no valor de € 80.

2 — É eliminada a obrigatoriedade de apresentação de cópias do bilhete de identidade e da licença de instrutor no requerimento de candidatura a curso de actualização de instrutor, que passa a ser instruído com os seguintes documentos:

Requerimento modelo n.º 1405, disponível em www.dgv.pt;
Atestado médico emitido pela autoridade de saúde da área de residência;
Certificado de registo criminal;
Cópia da carta de condução;
Duas fotografias tipo passe a cores;
Prova de pagamento da taxa no valor de € 80.

3 — Sempre que houver necessidade de comprovar os elementos agora dispensados devem os serviços recorrer aos processos de condutor e de instrutor existentes.

4 — O presente despacho entra imediatamente em vigor.

28 de Abril de 2006. — O Director-Geral, *Rogério Pinheiro*.

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

Aviso n.º 5950/2006 (2.ª série). — Nos termos do artigo 95.º e para efeitos do n.º 1 do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que a lista de antiguidade reportada a 31 de Dezembro de 2005 do pessoal com funções policiais referente às categorias de agente principal e de agente se encontra publicada em anexo à *Ordem de Serviço*, n.º 63, 2.ª parte, de 3 de Maio de 2006, e já distribuída a todos os comandos, estabelecimentos de ensino e unidades especiais.

5 de Maio de 2006. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Jorge Alexandre Gonçalves Maurício*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 5951/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Março de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Lúcia Tavares Varela, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 22 de Abril de 1985, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.os 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

29 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5952/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 14 de Março de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Teotónio Cá, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 8 de Fevereiro de 1968, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.os 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

29 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.